

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

DEZEMBRO(31/12/2022)

CONSOLIDADO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA					
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	106.310,79	0,00	106.310,79	0,00
OUTROS TÍTULOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	0,00	3.515.115,92	0,00	3.515.115,92	0,00
Sub-total	0,00	3.621.426,71	0,00	3.621.426,71	0,00
ENTIDADES CREDORAS					
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO	38.739.444,82	3.707.570,48	0,00	0,00	42.447.015,30
Sub-total	38.739.444,82	3.707.570,48	0,00	0,00	42.447.015,30
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR					
PESSOAL A PAGAR	0,00	598.877,11	0,00	598.877,11	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	0,00	15.230,22	0,00	15.230,22	0,00
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	372.306,99	3.525.235,27	0,00	51.113,88	3.846.428,38
OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00	41.411,16	0,00	41.411,16	0,00
DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	0,00	422.888,23	0,00	422.888,23	0,00
TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	96.222,64	543.884,20	0,00	0,00	640.106,84
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	0,00	74.058,76	0,00	74.058,76	0,00
Sub-total	468.529,63	5.221.584,95	0,00	1.203.579,36	4.486.535,22
T O T A L	39.207.974,45	12.550.582,14	0,00	4.825.006,07	46.933.550,52





INFORMAÇÕES GERAIS: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal da Aliança CNPJ: **10.164.028/0001-18**
Rua Domingos Braga, Centro – CEP 55.890-000 – Aliança-PE

A Prefeitura Municipal da Aliança concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.750/2021 de 04 de Novembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Xisto Lourenço de Freitas Neto .Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com
Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela Portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos a longo prazo, imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências



a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 13.265.107,45, aumentando em R\$ 1.296.371,54, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 11.968.735,91.



1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022 soma R\$ 10.954.442,32, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 1.131.891,80.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo

A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022 soma R\$ 905.066,93, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 39.253,10.

1.1.3 Demais créditos e valores a curto prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022 soma R\$ 1.405.598,20, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 125.226,64.

NÚMERO DO PARCELAMENTO	QUANTIDADE DE PARCELAS	SALDO RESIDUAL
381/2019	12	R\$ 41.411,16
958/2019	12	R\$ 627.259,92
TOTAL		R\$ 668.671,08

1.1.4 Estoques

Não há registro.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

A soma da conta ativo realizável a longo prazo em 31/12/2022 soma R\$ 8.157.901,02, houve um aumento com relação a 2021 de R\$ 3.679.866,14.

1.2.2 Investimento

Não há registro.

1.2.3 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 24.469.621,00. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 33.234.432,46 sendo:



Descrição	2022	2021
Bens Móveis	25.498.022,89	20.333.276,00
Bens Imóveis	11.900.780,75	7.276.151,86
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumulada	-4.164.371,18	-3.139.806,86
Total	33.234.432,46	24.469.621,00

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio da Prefeitura Municipal da Aliança nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 5.164.746,89 em relação ao ano de 2021) e Imóveis (aumento de 4.624.628,89 em relação ao ano de 2021), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ -4.164.371,18 e em 2021 o valor de R\$ -3.139.806,86. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 24.232.796,92, uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$ 2.405.668,74.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo em 2022 Pessoal a Pagar no valor de R\$ 6.588.390,17, Benefícios previdenciários a pagar no valor de R\$ 3.088.836,04, Encargos sociais a Pagar no valor de R\$ 2.599.571,46, Empréstimos e Financiamentos a curto prazo no valor de R\$ 2,82,



Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 5.318.016,12, enquanto os valores das demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 6.637.980,31.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – encargos sociais a pagar está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 46.293.443,68, sendo R\$ 3.846.428,38 contribuição a regime próprio de previdência (RPPS) e R\$ 42.447.015,30 contribuição ao RGPS, como também obrigações fiscais a longo prazo no valor de R\$ 640.106,84. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.

Quanto ao acordo de parcelamento de nº 381/2019 firmado entre o Instituto Previdenciário e o Poder Legislativo referem-se a créditos não repassados da patronal da competência 01/2017 a 12/2018 de alíquotas suplementares no valor originário de R\$185.000,31 (Cento e Oitenta e Cinco Mil Reais e Trinta e Um Centavos), após correções monetárias, chegando ao valor atualizado de R\$207.055,61 (Duzentos e Sete Mil e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta e Um Centavos), sendo classificados em até 12 meses (curto prazo) no valor de R\$41.411,16 (Quarenta e Um Mil e Quatrocentos e Onze Reais e Dezesseis Centavos).

Quanto ao acordo de parcelamento de nº 958/2019 firmado entre o Instituto Previdenciário e o Poder Executivo referem-se a créditos não repassados da patronal até competência 12/2012 com o valor originário de R\$5.011.564,94 (cinco milhões, onze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), após correções monetárias, chegando ao valor atualizado de R\$10.454.332,45 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos), sendo classificados em até 12 meses (curto prazo) no



valor de R\$627.259,92 (Seiscentos e Vinte e Sete Mil e Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos) e 3.198.675,04 (Três Milhões e Cento e Noventa e Oito Mil e Seiscentos e Setenta e Cinco Reais e Quatro Centavos) classificados a longo prazo.

NÚMERO DO PARCELAMENTO	QUANTIDADE DE PARCELAS	SALDO RESIDUAL
381/2019	2	R\$ 7.117,76
958/2019	32	R\$ 3.191.557,28
TOTAL		R\$ 3.198.675,04

1.4.2 Provisões a Longo Prazo

O relatório de Avaliação Atuarial 2023 – Ano Base 2022, foram executadas pela empresa ARIMA: Conceito Inovador em Consultoria Atuarial e gestão de Risco, assinado pelo Atuário Túlio Pinheiro Carvalho – Atuário Iba 1626, apresentando memória de cálculo específica designada no Plano proposto que segue abaixo Balanço Atuarial do Plano Previdenciário – Plano de Custeio Proposto:

Quanto as provisões matemáticas constantes no Balanço Patrimonial, apresentam a seguinte composição:

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Concedidos ----- R\$ 281.157.084,97

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios a Conceder ----- R\$ 154.585.100,47

Plano Previdenciário – Plano de amortização ----- R\$ -198.484.074,08

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ -239.539.204,61 e em 2022 totalizou em R\$ -253.767.017,87 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 14.227.813,26, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.



1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

